

MONUMENTO E AUTORIA / POLÍTICA E ARTE

Heitor Riguetto

Programa Institucional de Iniciação Científica / UFES

Gisele Ribeiro

DAV / UFES

Palavras-chave: *arte e política, autoria, intervenção urbana.*

O projeto que apresentamos aqui propõe o estudo de ações políticas constantes e tradicionais que ocorrem vinculadas a monumentos, construções e obras públicas (ligadas geralmente ao Estado), no que diz respeito à autoria. Trata-se de monumentos, obras e construções que são atribuídas, por meio de placas, a um ou vários indivíduos, visando sua promoção. A análise parte de um mapeamento de lugares públicos que abrigam tais “obras” e de como são vinculados a autores através de placa gravada com nomes, além de por meio de discursos promulgados ou divulgados nos meios de telecomunicação.

A pesquisa discute essa reivindicação atrelada à noção de autoria, e seu privilégio na construção de sentido da obra, baseada tanto na discussão de Roland Barthes, em seu texto “A Morte do Autor” (1968)¹, quanto nas considerações de Michel Foucault em “O que é um autor?” (1969)². No texto citado, Barthes situa a noção de autoria dentre ações de cunho positivista que em decorrência da ideologia capitalista concederia grande importância ao indivíduo, o autor.

O autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao terminar a Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês



e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”.³

O trabalho discute, portanto, a permanência desses valores que se desdobram no campo da política pública (em obras, construções, monumentos públicos) como fator crucial na condução de mandatos públicos. Por mais que a construção seja fruto de um esforço coletivo, quando são formalmente apresentadas essas obras públicas são creditadas a um pequeno número de pessoas (quando não a um único indivíduo), os políticos-autores. Quais o(s) motivo(s) e o(s) sentido(s) dessa redução de autores em uma obra tão coletiva? Há um certo tipo de valor de culto sobre as obras públicas que influenciam na política? Segundo Foucault: “[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos”⁴. Com o foco no autor-político, é possível construir a sua volta uma ideia de gênio (ou de sujeito aurático)? Embora Foucault pretenda, em seu artigo, examinar especificamente a relação do autor com o texto, ou seja, investigar na literatura e na filosofia como se dá essa relação, suas considerações são válidas para as ampliações de nosso estudo no campo discursivo da arte e da política:

[...] o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*. [...] Consequentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providas da função “autor”, enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.⁵

A hipótese do trabalho lida com a possibilidade de se estabelecer relações entre o artista e o político, a obra de arte e a obra pública, fazendo funcionar um aparato crítico que se dirija a ambos os contextos.

De modo geral, a autoria não se fecha apenas na relação entre o autor-direto e sua obra, ela se estende podendo chegar a outros personagens, indivíduos ou instituições, o que fica patente nas situações de construção regidas por coletivos, ou grupos de trabalho e suas atribuições de funções específicas para realização da obra. As construções e montagens em uma obra coletiva funcionam mais claramente de acordo com a articulação das mais diversas áreas tecnoconceituais das quais dependem sua produção e apresentação. Em todo caso, desde (pelo menos) as considerações de Marcel Duchamp sobre “O ato criador” (1957)⁶, o campo da arte tenciona o entendimento da autoria compartilhada, abrindo espaço para uma equalização dos diversos papéis envolvidos na construção da obra artística. Ao passo que na construção de uma “obra pública”, apesar da vital importância para a execução do projeto, constantemente as figuras dos trabalhadores e operários comuns (cargos de remuneração mínima, detentores da força bruta) – bem como dos receptores/usuários/público, ou mesmo, em alguns casos, dos arquitetos e engenheiros – são claramente apagados e excluídos da referida autoria.

Partindo desses pressupostos, começamos a realizar intervenções no ambiente urbano visando monumentos e “equipamentos públicos” que favorecem uma parcela mínima de autores, para ativar reflexões que tanjam os sistemas político e artístico na contemporaneidade. Enquadramos uma obra pública específica: a Ponte da Passagem, em Vitória, Espírito Santo, por já ter sido alvo de outras intervenções que apontavam questões similares à estas propostas por esse projeto. No local, na subida da passagem de pedestre, se apresentam duas placas, uma da Construtora que diz “A Usiminas Mecânica orgulha-se da sua participação em mais uma importante obra de arte na cidade de Vitória”; e outra que contém os políticos-autores por ordem de cargo de poder, Governador, Vice-Governador, Secretário de Transportes e Obras Públicas, Diretor Geral do DER e Prefeito.

Interessante notar que a própria empresa aponta a ponte como uma obra de arte, o que torna perceptível o interesse da instituição e do Estado na ampliação dos espaços em que a arte se apresenta, a fim de legitimar seus projetos públicos. Entretanto, a discussão parece ainda não ter sido levada adiante com relação às obras e autores políticos que aí se encontram beneficiados pelo *status* da arte.

A Ponte da Passagem foi recentemente idealizada para se tornar um cartão postal

da cidade Vitória e do Estado do Espírito Santo, esse apontamento para os autores-políticos exclui totalmente os envolvidos na obra da ponte, desde todos os operários, chefe de obras, serralheiros, pedreiros, ajudantes de pedreiros, arquitetos, engenheiros, até os transeuntes, motoristas e motorizados, sem falar nos contribuintes/financiadores, etc. O direcionamento para esse(s) autor(es)-político(s) pode acarretar na criação de uma aura que distancie os outros autores da instância política, junto a benefícios levados para o fortalecimento da imagem do autor-político. E se houvesse uma modificação na designação dessa autoria? Segundo Foucault:

Se eu me apercebo, por exemplo, de que Pierre Dupont não tem olhos azuis, ou não nasceu em Paris, ou não é medico etc., não é menos verdade que esse nome, Pierre Dupont, continuara sempre a se referir a mesma pessoa; a ligação de designação não será modificada da mesma maneira. Em compensação, os problemas colocados pelo nome do autor são bem mais complexos: se descobro que Shakespeare não nasceu na casa que hoje se visita, eis uma modificação que, evidentemente, não vai alterar o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare não escreveu os *Sonnets* que são tidos como dele, eis uma mudança de um outro tipo: ela não deixa de atingir o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare escreveu o *Organon* de Bacon simplesmente porque o mesmo autor escreveu as obras de Bacon e as de Shakespeare, eis um terceiro tipo de mudança que modifica inteiramente o funcionamento do nome do autor. O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros.

A partir dessa ideia de Foucault, o que seriam de determinados autores-políticos se suas obras fossem abertas e esclarecidas de uma forma leal, e se essa ampliação da autoria das políticas públicas fossem colocadas em prática? E se rebaixássemos a aura e apagássemos a genialidade do autor-político, que nada mais é que uma extensão das ideias, concepções da sociedade? Assim como, a partir de Duchamp (e também Benjamin, entre tantos outros), pudemos pensar uma arte que pode ser praticada por qualquer um (questão melhor compreendida e exercida a partir da década de 1960), poderíamos estender essa política da arte ao campo da política pública, demonstrando a fundamental participação da multidão. Claro que essa participação política não depende apenas de uma simples placa gravada, a questão é tornar visível a distância mantida e reiterada pelo âmbito político institucional, oferecendo como possibilidade real sua aproximação da multidão. Esse projeto artís-

tico pretende estreitar as relações entre esses dois polos, além de construir pontes entre os campos da política e da arte, já que a construção do autor-político faz parte de ambos.

A partir destas experiências aparecem também discussões e questões, que serão abordadas futuramente, relativas à Crítica Institucional⁷, como a fluidez da moldura institucional e a possibilidade de apropriação crítica que permita revelar aquilo que permanece oculto, ou do lado avesso⁸, na esfera pública da arte, estabelecendo outras conexões entre os campos da arte e da política. Os trabalhos e escritos de artistas como Hans Haacke e Daniel Buren serão importantes na continuidade da pesquisa.

1 BARTHES, Roland. “A morte do autor” (1968). In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em www.artesplasticas.art.br/guignard/...1/A_morte_do_autor_barthes.pdf Arquivo consultado em agosto de 2011.

2 FOUCAULT, Michel. “O que é um Autor?” (1969), In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298

3 BARTHES, Roland, op. cit., p. 1

4 FOUCAULT, op. cit., p. 272.

5 Id., ibid., p. 277-278

6 DUCHAMP, Marcel. “O ato criador” (1957). In: BATTOCK, Gregory (org.). *A nova arte*. São Paulo: Ed. Perspectiva, col. Debates, 1975.

7 FOUCAULT, op. cit., p. 272-273.

⁸ FRASER, Andrea. “Da crítica às instituições a uma instituição da crítica”(2005). In: *Concinnitas Revista do Instituto de Artes da UERJ*, Rio de Janeiro, Ano 9, Vol. 2, nº 13, dezembro de 2008.

^{8º} “A história da arte (das formas) é a história dos lados ‘direitos’. A história dos ‘Avessos’ (Realidade), [...] ainda está por fazer.” BUREN, Daniel. “Limites críticos”. In: BUREN, Daniel; DUARTE, Paulo Sergio (ed.), *Daniel Buren: textos e entrevistas escolhidos (1967-2000)*, Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 2001, p. 73.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. “A morte do autor” (1968). In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em www.artesplasticas.art.br/guignard/...1/A_morte_do_autor_barthes.pdf Arquivo consultado em agosto de 2011.

BUREN, Daniel. “Limites críticos”. In: BUREN, Daniel; DUARTE, Paulo Sergio (ed.), *Daniel Buren: textos e entrevistas escolhidos (1967-2000)*, Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 2001.

DUCHAMP, Marcel. “O ato criador” (1957). In: BATTOCK, Gregory (org.). *A nova arte*. São Paulo: Ed. Perspectiva, col. Debates, 1975.

FOUCAULT, Michel. “O que é um Autor?” (1969), In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.

FRASER, Andrea. “Da crítica às instituições a uma instituição da crítica”(2005). In: *Concinnitas Revista do Instituto de Artes da UERJ*, Rio de Janeiro, Ano 9, Vol. 2, nº 13, dezembro de 2008.

Heitor Riguetto é artista e aluno do curso de Bacharelado em Artes Plásticas na UFES, desde 2009. Em 2011, torna-se monitor bolsista da disciplina Multimeios. Trabalha com documentários, principalmente sobre as identidades culturais do Espírito Santo, especialmente através da fotografia e do audiovisual. Em 2012 começa a fazer parte do grupo de pesquisa PLACE e entra no programa de iniciação científica da UFES, com a orientação da prof. Gisele Ribeiro.

Gisele Ribeiro é orientadora, artista, pesquisadora e professora do Departamento de Artes Visuais da UFES. Mestrado em Linguagens Visuais, UFRJ (2002), e doutorado pela Universidade de Castilla-La Mancha na Espanha (2010), com a tese “*PROJETO URUBU: opacidad y transparencia en el arte y en la esfera pública*”. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Artes da UFES. Sua pesquisa tem como foco as implicações